

# O Governo na contramão da história

Por várias ocasiões, festejei a grandeza do setor de serviços na geração de empregos e na contribuição tributária ao Brasil. Agora, porém, me assumo perplexo e triste. Demonstrando completo desdém por tudo que a terceirização representa no bojo do segmento de serviços, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, está apresentando um Projeto de Lei que praticamente inviabiliza nossa atividade no país.

A proposta foi reconhecidamente elaborada com participação de centrais sindicais de trabalhadores. Nada contra. Mas construção democrática implica em ouvir todos os setores envolvidos, o que, nesse caso, não aconteceu. Esqueceram os empresários que respondem pela terceirização – aqueles que, sempre é bom lembrar, geram milhões de empregos no Brasil, todos formais. Não fomos consultados em nenhum momento e tal procedimento remete-nos ao estilo ditatorial, sem meias palavras.

O mais grave, contudo, é que o Ministério do Trabalho arrogou-se ao direito de “regulamentar” negócios na esfera da iniciativa privada. Explico: o Projeto de Lei impõe regras sobre

contratos de terceirização estabelecidos entre empresas – a contratante e a contratada. Nada a ver com o poder público. Trata-se de uma catastrófica afronta ao conceito de livre mercado, um pressuposto dos países que abraçaram o estado democrático de direito.

Ora, em todo o mundo desenvolvido, os serviços terceirizados são uma alternativa que goza de respeito, acatada com base nos interesses de empresas que a escolheram sob o viés de suas respectivas prioridades, estruturas e finalidades. É um nicho que viceja em plano global exatamente protegido pelo livre mercado.

O projeto do Governo alega que pretende assegurar os direitos dos trabalhadores. Ora, se geramos empregos formais, é óbvio que esses direitos são, por princípio, respeitados. Sem dúvida alguma existem “empresas” que, vez por outra, se comportam ao arripio



Laércio Oliveira é presidente da FEBRAC

da lei. Sodem do mapa deixando seus funcionários a ver navios. Mas isso está longe de ser a regra – são exceções que desmerecem o trabalho ético característico do setor e aviltam nossa boa imagem. E contra elas lutamos todos os dias.

Se o Governo se ocupasse em fazer uma pesquisa criteriosa no segmento dos serviços terceirizados, teria a devida dimensão disso. Entre nossos trabalhadores, as queixas lícitas existem, sim, mas são irrisórias num universo de milhões de empregados. E tais queixas estão presentes em todos os setores produtivos. Para resolvê-las, investiu-se tanto numa eficiente Justiça do Trabalho.

No livre mercado, a tendência é que, paulatinamente, sejam expurgados todos aqueles que não cumprem com eficiência e lisura às funções para as quais são pagos. Isso vale para médicos, advogados e outros profissionais liberais; isso vale para a assistência técnica da sua geladeira ou do seu computador.

Recomenda-se ao Governo, que impõe aos brasileiros uma das maiores cargas de impostos do mundo, fazer sua parte. Por exemplo: garantir aos cidadãos acesso aos serviços de saúde e educação com qualidade. Que nos deixe em paz, gerando empregos e arrecadação de tributos, sem que os muitos justos paguem por pouquíssimos pecadores.

